

-----ACTA-----
-----DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 22 DE SETEMBRO DE 2008-----
-----Aos vinte e dois dias do mês de Setembro de dois mil e
oito, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Sessões da Câmara
Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de
Repartição Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a
reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho,
Excelentíssimos Senhores:-----
-----Presidente José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-
Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco
Manuel Maurício do Rosário, Maria Manuela dos Santos Ferreira
Cunha, José Carlos da Silva, Maria Joana Vidinha Baptista e
Pedro Manuel Sirgado Pisco dos Santos.-----
-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor
Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram
os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----
-----A Câmara deliberou justificar a falta da Sr^a Vereadora
Manuela Cunha à passada reunião de quinze de Setembro, cujos
motivos a autarca apresentou.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----SUSPENSÃO PARCIAL DO PDM - ESTABELECIMENTO PRISIONAL -

O Sr. Presidente apresentou a sua proposta com vista à emissão de pronúncia sobre a pretensão governativa de proceder à suspensão parcial do Plano Director Municipal de Almeirim, nos termos da alínea a) do número dois do Artigo cem do Decreto-Lei número trezentos e dezasseis de dois mil e sete, de dezanove de Setembro, de modo a viabilizar a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo. Esta proposta é acompanhada da minuta da Resolução do Conselho de Ministros, da legislação que aproveita ao caso concreto e parecer do consultor jurídico.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que não estão reunidas as condições para apreciar a proposta, pelas

seguintes razões:-----

-----1º - Como sabe, um pedido de suspensão parcial implica que tivesse anexado a planta de localização, o que não foi feito.-----

-----2º - Gostava de receber o documento que provasse que este pedido vem do ministério, nada garante a origem do e-mail. Há dois documentos fundamentais, mas sobretudo um, que não foram enviados. É óbvia a posição contra da CDU, no entanto não é plausível que se avalie numa reunião de Câmara uma suspensão do PDM, sobretudo quando não foi aprovado estudo de impacto ambiental, não houve discussão do objecto concreto que é proposto e não há documentos.-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário disse:-----

-----"Quero congratular-me, finalmente e após muitos meses, existe um ponto na Ordem de Trabalhos sobre a prisão do Sr. Presidente da Câmara."-----

-----O Sr. Presidente referiu que não sabia que já tinha sido decretada a sua prisão.-----

-----O mesmo Vereador respondeu que "Ainda não, por enquanto. A prisão é sua e do Bastos Martins." E de seguida leu a sua intervenção, do seguinte teor:-----

-----"Não é, como deveria ser, a discussão política, técnica e financeira da pertinência e legalidade da instalação de uma cadeia no nosso Concelho.-----

-----A atitude do sr. Presidente foi inqualificável para com todos nós, denota, até alguma perturbação que não sei qualificar, o que sei é que está a liquidar este Concelho. Em vez de investimentos estruturantes que tem perdido sistematicamente, pretende "tapar o sol com uma prisão". Ainda por cima vamos todos ter que pagar para ter uma cadeia no nosso Concelho. Onde é que já se viu uma asneira destas?-----

-----Exemplo de postura deste Governo é, também, o Ministério da Justiça!-----

-----Depois de "negociar" a cadeia, com o Presidente da Câmara e com o Presidente da Junta de Freguesia das Fazendas, tê-la

anunciado publicamente, fazer aprová-la em Conselho de Ministros e quiçá concursá-la, vem agora, solicitar ao Executivo da Câmara que emita pronúncia sobre a pretensão governativa de proceder à suspensão do Plano Director Municipal de Almeirim, de modo a viabilizar a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo.-----

-----Mas o que é isto? Tenham vergonha!-----

-----Que desprezo e falta de consideração é esta para connosco e para com quem nos elegeu?-----

-----Que conceito democrático está subjacente a este modo de agir?-----

-----O que é que de obscuro este procedimento esconde?-----

-----Presidente da Câmara, Vereadores da maioria do Partido Socialista, Presidente da Junta de Freguesia das Fazendas, Ministério da Justiça, Comissão Regional de Reserva Agrícola de Lisboa e Vale do Tejo e o Governo deste país, constituem um "lobbie" muito forte para que não consideremos a forte possibilidade de virmos a ter uma cadeia no nosso Concelho.---

-----Parabéns aos autores.-----

-----Essas eminências "pardas" exteriores ao nosso Concelho pouco se importarão com as nefastas e devastadoras consequências para a nossa terra, os seus interesses situam-se, infelizmente, a outro nível.-----

-----A população de Almeirim, no entanto, mais cedo ou mais tarde não vai perdoar aos cidadãos José Gomes, Pedro Ribeiro, José Carlos Silva e Joana Vidinha a responsabilidade desta decisão.-----

-----Responsabilizo os quatro e o cidadão Manuel Bastos Martins por este atentado miserável contra a nossa terra.-----

-----Que Bela Herança para os nossos filhos e netos!-----

-----Que mantenha a sua Chefe de Gabinete à frente dos destinos da Câmara, que as Águas do Ribatejo sejam uma farsa, que a CULT não funcione, que a ALDESC tenha sido caprichosa e desnecessariamente extinta e que pretenda despedir os seus trabalhadores de uma forma absurda, que a Encherim seja o que

é, que a estrutura do pessoal da Autarquia e a sua gestão "tirana" seja o que todos conhecem, que não tenha sabido salvaguardar Almeirim no âmbito dos grandes investimentos nacionais, que se alheie dos problemas da educação, veja-se a demissão das suas responsabilidades nas Actividades de Complemento Curricular, etc, etc, nada é comparável a esta opção.-----

-----É a Herança que quer deixar aos almeirinenses, para mais tarde o recordarem?-----

-----Tenho vergonha de fazer parte do Executivo Municipal que pretende tomar esta decisão.-----

-----Tomarei todas as iniciativas necessárias para tentar evitar este descalabro.-----

-----Quanto ao ponto em questão, quero em primeiro lugar referir os pareceres do jurista desta Autarquia.-----

-----A juntar a tantos outros que têm dado cobertura a verdadeiras atrocidades, fez mais um, o que acompanha a proposta do presidente da Câmara.-----

-----Nunca lê as leis todas, omite, esquece, troca, não sabe, não repara, mas.....conclui sempre para DAR SATISFAÇÃO ÀS PRETENSÕES ILEGITIMAS DO SENHOR PRESIDENTE, em prejuízo dos interesses do CONCELHO.-----

-----Mais uma vez é-nos distribuída uma pretensa informação jurídica, certamente para justificar as "acções já tomadas pelo presidente", com base numa lei que não existe, o D.L. 390/99 de 22 de Setembro, pura e simplesmente não existe.-----

-----O Decreto-Lei nº 390/99 é de 30-09-1999 e refere-se a valores limite e aos objectivos de qualidade para a descarga de certas substâncias perigosas) o QUE NÃO DEIXA DE SER premonitório!!!!-----

-----Tantos são os erros jurídicos que o jurista comete que, a partir de hoje podemos dispensar esta ofensas à nossa dignidade de autarcas, aliás entendo que é altura da competente participação à ORDEM DOS ADVOGADOS, sendo que, quer o senhor presidente, quer os senhores vereadores que votarem

favoravelmente não se "podem esconder por detrás destas aberrações" pois têm plena consciência que tais pareceres, nada têm de técnicos e estão errados, terão que assumir, individualmente a sua responsabilidade nas decisões que tomam e nos danos irreparáveis que as mesmas podem causar.-----

-----Ao Sr. Vereador José Carlos que, na última reunião do executivo pôs em causa a pertinência das questões colocadas acerca do concurso do Centro Escolar, recomendo que perca um pouco do seu tempo para analisar as questões e só depois se pronunciar. Esta recomendação também é válida para os outros.-

-----Provavelmente o sr. Jurista vai-me dizer que foi erro, queria referir o D.L. 380/99 de 22 de Setembro, que estabelecia "o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.-----

-----Acontece que este também já foi revogado há muito tempo.-

-----Actualmente está em vigor o Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro, que revogou e alterou o Decreto - Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro.-----

-----Que no caso concreto dos sobreiros não prevalece as normas deste Decreto-lei, como o senhor jurista devia saber, mas sim as constantes do Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio - Estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira - que é o que aqui está em causa!-----

-----O Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio, estabelece medidas de protecção ao sobreiro e à azinheira e de acordo com o previsto no seu Artigo 7.º "As disposições contidas no presente diploma prevalecem sobre os regulamentos ou quaisquer normas constantes de instrumentos de gestão territorial." Isto é as disposições legais previstas neste diploma prevalecem sobre as normas do PDM.-----

-----De acordo com o estipulado no n.º 1 do Artigo 2.º " Em povoamentos de sobreiro ou azinheira não são permitidas conversões", sendo que no seu n.º 2, "Constituem excepção ao estabelecido no n.º 1 as conversões que visem a realização de:-----

-----a) Empreendimentos de imprescindível utilidade pública:--
-----Os requisitos para a determinação da Utilidade pública e projectos de relevante e sustentável interesse para a economia local (Artigo 6.º).-----
-----1 - As declarações de imprescindível utilidade pública e de relevante e sustentável interesse para a economia local dos empreendimentos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 2.º, competem ao Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, ao ministro da tutela do empreendimento se não se tratar de projecto agrícola e, no caso de não haver lugar a avaliação de impacte ambiental, ao Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.-----
-----2 - Para efeitos da emissão da declaração de relevante e sustentável interesse para a economia local prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º, os projectos dos empreendimentos são submetidos ao parecer do conselho consultivo florestal.---
-----3 - Para efeitos do n.º 1 do presente artigo, o proponente deve apresentar:-----
-----a) Uma memória descritiva e justificativa que demonstre tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização;-----
-----b) A declaração de impacte ambiental quando esta for exigível.-----
-----Como facilmente se pode constatar não existe qualquer estudo técnico que demonstre o interesse económico e social do empreendimento, nem sequer a sua sustentabilidade.-----
-----Há várias alternativas válidas para a sua localização, nomeadamente em terrenos do Ministério da Agricultura.-----
-----Mas ainda temos que deixar bem claro que conhecemos as nossas competências, nesta matéria:-----
-----Nos termos do n.º 1 do art.º 69º 'Os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de natureza regulamentar, aprovados pelos municípios'.-----
-----E de acordo com o n.º 1 do art.º 79º, os planos municipais

de ordenamento do território são aprovados pela assembleia municipal, mediante proposta apresentada pela câmara municipal.-----

-----O Artº 64º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro diz:-----

-----3 - Compete à câmara municipal no âmbito consultivo:-----

-----a) Emitir parecer, nos casos e nos termos previstos na lei, sobre projectos de obras não sujeitas a licenciamento municipal;-----

-----6 - Compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos:-----

-----a) Apresentar à assembleia municipal propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do artigo 53º;-----

-----No Artº 53º, 3 - É ainda da competência da assembleia municipal, em matéria de planeamento, sob proposta ou pedido de autorização da câmara municipal:-----

-----b) Aprovar as medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei. Isto, como facilmente se constata é de competência exclusiva da Assembleia Municipal de Almeirim a "aprovação de medidas, normas, delimitações e outros actos, no âmbito dos regimes do ordenamento do território e do urbanismo, nos casos e nos termos conferidos por lei". (cf. alínea b) do nº 3 do artº 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

-----O QUE ESTÁ EM CAUSA NÃO É UMA MERA EMISSÃO DE PARECER. O que está em causa é a "destruição" económica, social e ambiental de Almeirim.-----

-----O que está em causa é o futuro das populações de Almeirim, às quais querem impor um COLÓNIA PENAL - Será que alguém quer ir viver para junto de uma COLÓNIA PENAL?-----

-----Nos termos da alínea a) do nº 3 do artº 64º Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro,

competete à câmara emitir parecer sobre obras não sujeitas a licenciamento municipal e sobre esta obra só pode ser NEGATIVO.-----

-----PORQUE prejudica, também, a imagem de Almeirim e torna impeditivo o seu desenvolvimento.-----

-----PORQUE não estão determinados os elevados custos de construção dos acessos, saneamento do abastecimento de água e electricidade.-----

-----PORQUE não estão avaliados os elevados custos ambientais e de destruição de toda a agricultura que se pratica naquela área da Ribeira de Muge.-----

-----PORQUE ainda não foi explicado às populações de Marianos e Paço dos Negros o impacto negativo que sobre elas vai recair.-----

-----Porque não tem interesse para o concelho de Almeirim, não trás qualquer valor a nível nenhum, antes pelo contrário irá contribuir para aumentar o desemprego, a pobreza, a desertificação do concelho de Almeirim.-----

-----Como não foi distribuída a documentação necessária e fundamental, de acordo com o nº 2 do artº 87º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro, com a ordem do dia "é entregue a todos os membros com antecedência sobre a data do início da reunião de, pelo menos dois dias úteis, enviando-se-lhes, em simultâneo, a consulta da respectiva documentação".-----

-----Penso que a todos falta um dos documentos essenciais que é o "extracto da planta de ordenamento do PDM de Almeirim com a delimitação da área abrangida pela suspensão parcial "daqui resulta que são nulas todas as decisões sobre esta matéria (artº 95º nº 1 da Lei 169/99 de 18 de Setembro alterada pela Lei 5-A/2002 de 1 de Novembro) podendo ser declarados nulos os actos a que falte qualquer dos elementos essenciais ou para os quais a lei comine expressamente essa forma de invalidade, conforme refere o artigo 133º, do CPA.-----

-----'O acto administrativo nulo não produz qualquer efeito

jurídico, a nulidade é invocável a todo o tempo'.-----
-----Falta também: A memória descritiva e justificativa que demonstre tecnicamente o interesse económico e social do empreendimento, a sua sustentabilidade e a inexistência de alternativas válidas quanto à sua localização (alínea a) nº 3 do artº 6º da Decreto-Lei n.º 169/2001, 25 de Maio), requisito essencial.-----
-----Como é sabido, quando os actos administrativos de gestão urbanística (que dão ao administrado o direito de poder realizar uma certa operação daquele tipo) são nulos, ficam sujeitos ao regime geral da nulidade dos actos administrativos previsto no artº 134º do C. P. A.-----
-----Falta também que esta reunião seja pública.-----
-----O Artigo 77.º nº 9 do D.L. 316/2007 de 19 de Setembro de 2007 estipula que: "São obrigatoriamente públicas todas as reuniões da câmara municipal e da assembleia municipal que respeitem à elaboração ou aprovação de qualquer categoria de instrumento de planeamento territorial".-----
-----A violação desta norma legal origina que sejam nulas, todas as decisões tomadas sobre esta matéria nesta reunião extraordinária que, não é pública. (foi violado o núcleo essencial de um direito fundamental, caso em que a sanção correspondente é a nulidade, nos termos do artigo 133º, alínea d), do Código do Procedimento Administrativo).-----
-----Já seria determinante da nulidade do acto de autorização a violação de normas do Regulamento do PDM que contem exigências ou que fixam determinados índices ou parâmetros objectivos a observar.-----
-----Ora, nesta parte, e não obstante as diversas menções negativas que temos que considerar como o impacte ao nível da paisagem, do património e do ordenamento, bem como com as acessibilidades e o aumento de tráfego, a violação normas regulamentares, a inobservância das condicionantes (designadamente o desrespeito pela zona de protecção legal da floresta violação das regras de uso e classificação dos solos,

ou outros casos de violação de normas ou de standards imperativos do PDM.-----

-----Logo esta proposta deve ser retirada da O.T.-----

-----Se como vem sendo hábito, o sr Presidente ignorar estes argumentos e mandar passar à votação que, certamente lhe será favorável, a mesma deve merecer não só o nosso voto contra como a nossa clara oposição.-----

-----No caso de ser votada, solicito desde já que a acta seja aprovada por minuta e solicito uma certidão, a fim de a enviar ao Procurador-geral da República.”-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou:-----

-----“1º - Para que conste, o Projecto de Resolução não traz anexa a planta da área abrangida pela suspensão parcial do PDM, o que é fundamental e era pertinente, para análise.-----

-----2º - Por lapso, e errar é humano, a base legal citada pelo Dr. Victor Baptista relativamente ao regime jurídico aplicável, o Decreto-Lei nº 390/99, quando esta matéria é tratada à luz do Decreto-Lei nº 380/99. Mas esta matéria pode suscitar discussões relativamente ao Artigo 100º, nº 2-a) do mesmo Decreto-Lei.-----

-----Quando se lê o previsto normativo, fica-se com a ideia de que apenas deve ser ouvida a Câmara Municipal e não a Assembleia Municipal. Pois bem, o previsto Artigo 100º deve ser conjugado com o Estatuto das Autarquias Locais, na competência da Assembleia Municipal relativamente ao ordenamento do território.-----

-----Por isso, ao contrário do afirmado pelo Dr. Victor Baptista, o Artigo 100º deve ser conjugado com o disposto no Artigo 53º, nº 3 - a) e Artigo 64º da Lei das Competências.---

-----Relativamente a esta matéria não vou dissertar, até porque o Sr. Vereador Francisco Maurício, não sendo jurista, fez uma bela descrição do regime aplicável à suspensão parcial do PDM de Almeirim.”-----

-----E, de seguida, leu a sua intervenção, que vai transcrita na íntegra:-----

-----"Análise do Projecto de Resolução do Conselho de Ministro sobre a Suspensão do Plano Director Municipal de Almeirim - Construção do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo - Pronúncia de Parecer da Câmara Municipal de Almeirim.--

-----Pede-nos o Governo da República que nos pronunciemos sobre a suspensão parcial do Plano Director de Almeirim com vista a permitir a construção do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo, na Herdade dos Gagos, nos termos da alínea a) do número dois do artigo cem do Decreto-Lei número trezentos e oitenta de noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, e respectivas alterações.-----

-----Em primeiro lugar, dado que esta matéria prende-se que o Ordenamento do Território e Urbanismo, julgo que o Senhor Presidente da Câmara poderia também solicitar ao Gabinete Jurídico do Município um parecer - que certamente conseguiria alcançar uma interpretação intangível da Lei - que o habilitasse a pronunciar-se isoladamente sobre este assunto, que sempre tratou com o maior secretismo e nunca se dignou a prestar informações sobre a construção do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara não se pode esquecer que os membros deste Executivo representam cidadãos e foram eleitos democraticamente. Lamento que o representante máximo do Município e da Comunidade Urbana e Lezíria e Vale do Tejo (CULT) adopte comportamentos políticos inadmissíveis num Estado de Direito.-----

-----Sei que na perspectiva socialista, os "Vereadores da Oposição" não existem, e caso fosse possível, bem que podiam ser afastados da gestão do Município. Aguardamos que o Partido Socialista crie uma lei que lhe permita mandar no Município sem ouvir os restantes Vereadores da Oposição. Apenas sei que Partido Socialista protege muito bem os seus autarcas, dado que vale tudo neste momento e os organismos que deveriam fiscalizar fecham os olhos a quase tudo.-----

-----Em relação a este assunto, tenho que voltar ao início

desta novela, que assume ser uma tragédia para o Partido Socialista. Em dezasseis de Julho, a Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim deliberou ratificar o manifesto do Partido Socialista. O que fica daquela Assembleia de Freguesia é a discussão e aprovação da construção do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo sem que os membros da Assembleia tivessem tido a oportunidade de analisar previamente e em condições os documentos, que neste caso, tratava-se do "manifesto do Partido Socialista".-----

-----Falar em documentos idóneos para apreciação será um exagero dado que foi apenas distribuída duas folhas com as "vantagens" de ter uma prisão no Concelho, designadamente a lenha ou o fornecimento de refeições. Não deixo de expressar que o conteúdo daquele manifesto é uma ofensa à inteligência das pessoas e aos princípios que norteiam um ser humano em política. Enfim, neste momento, pouco interesse discutir esse assunto, agora é importante analisar em primeira linha o seguinte:-----

-----1) quem manditou o Presidente da Junta de Freguesia a assinar aqueles protocolos?-----

-----2) será que o conteúdo dos respectivos protocolos foram efectivamente aprovados pelos membros da Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim?-----

-----Tive a oportunidade de ler a última acta da sessão de dezasseis de Julho de dois mil e oito e não consta lá nenhuma referência à validação do conteúdo dos protocolos assinados pelo Presidente da Junta de Freguesia. A par disso, a assinatura dos protocolos nem foi aprovado por minuta.-----

-----Também pergunto: o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim tem legitimidade para vincular a Câmara Municipal? O Senhor Presidente da Câmara passou alguma procuração para vincular a Câmara? Delegamos aqui neste órgão competências na Junta de Freguesia?-----

-----Da análise dos protocolos assinados verifico que há obrigações contratuais para a Câmara Municipal sem que a mesma

tenha intervindo com parte no processo.-----
-----Julgo que são questões que irão ficar obviamente sem resposta. Aliás, como ficou sem resposta, a referência dos processos judiciais. Certamente, o Senhor Presidente da Câmara conhecerá qual é o alcance das minhas perguntas e as consequências que elas acarretam para aqueles que, em nome do eleitorado, usurparam as funções que estavam cometidas.-----
-----Sei que nos dias que correm o Partido Socialista vive 'um estado de inimputabilidade política'. Em todo o caso, não ficaria bem com a minha consciência se não referisse que os actos praticados e a praticar pelo Governo assentam em instrumentos contratuais de legalidade duvidosa.-----
-----Quando os Vereadores da Oposição, "sim aqueles que não servem para nada", perguntavam por este assunto tinha alguma razão de ser. Foi pena que o Vice-Presidente não soubesse alcançar o significado da palavra participação activa de todas as forças políticas nos assuntos que são estratégicos para o Concelho, na reunião pública em que os Vereadores questionaram sobre o assunto.-----
-----Face ao que referi anteriormente, gostaria de saber se a Câmara Municipal de Almeirim está em condições de pronunciar-se sobre a suspensão parcial do PDM? As questões que suscitei não prejudicam a apreciação do pedido formulado pelo Governo?-----
-----Neste momento, a meu ver, é desafio o Senhor Presidente da Câmara a afirmar o contrário, o ponto seis da Resolução do Conselho de Ministros nº cento e dezoito traço B de dois mil e oito, de vinte e nove de Julho, padece de dois problemas, que devem ser vistos em duas perspectivas:-----
-----Uma que se prende com a ausência de identificação do local da construção.-----
-----Conforme se pode verificar, da análise do corpo normativo da RCM não se identifica em nenhum dos pontos a localização do estabelecimento prisional. Certamente que não valerá a pena explanar qual é o valor jurídico do preâmbulo.-----
-----Ora, a Resolução do Conselho da Ministros em causa

deveria referir expressamente a localização do estabelecimento prisional, o que não ocorre.-----

-----As consequências a retirar sobre esta situação são as seguintes:-----

-----Não se pode declarar o interesse público (ou nacional) da concepção e construção do estabelecimento sem que não se faça a identificação do local exacto da construção. Ora, e tendo em conta os efeitos associados ao interesse público, a identificação do local é um elemento essencial do acto administrativo a ter em conta na elaboração da vontade da Administração Pública.-----

-----Por que razão a construção do estabelecimento tem carácter de urgência? Em que ponto se encontra o PDM? À custa do interesse nacional, o Governo sacrifica o País a seu bel prazer.-----

-----A construção do estabelecimento prisional depende da efectivação dos dois protocolos, designadamente da escritura pública de constituição do direito de superfície.-----

-----Logo leva-me a colocar a seguinte questão: como poderá ser válida e eficaz a construção do EPVT quando a minuta dos protocolos não foi aprovada em Assembleia de Freguesia?-----

-----Em consequência, o interesse público da empreitada fica prejudicado, enquanto não se sanar os vícios decorrentes da falta de cumprimento do disposto na Lei.-----

-----Decorre deste raciocínio o seguinte: se o interesse público, sabendo que a Lei não emprega esta expressão - refere interesse nacional e regional - não está devidamente identificado, os pressupostos legais referido no projecto de RCM para a suspensão do PDM não estão verificados.-----

-----Acresce ainda referir que a Resolução do Conselho de Ministros número cento e dezoito traço B de dois mil e oito, refere interesse público, quando na verdade o Decreto-Lei número trezentos e noventa de mil novecentos e noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, distingue na realidade duas situações: interesse nacional e interesse regional. Ora o

preâmbulo da RCM acima identificada não se percebe se estamos perante um interesse nacional ou regional. Será que é regional por ter a designação "Lisboa e Vale do Tejo"?-----

-----Se a Resolução do Conselho de Ministros número cento e dezoito traço B de dois mil e oito é posterior ao Decreto-Lei número trezentos e oitenta de noventa e nove, de vinte e dois de Setembro, e não conforme referido pelo parecer do Dr. Vítor Baptista, o Decreto-Lei número trezentos e noventa de noventa e nove, por que razão não empregue a expressão nacional ou regional, uma vez que o interesse público - após a entrada daquele normativo - pode assumir duas modalidades.-----

-----Nessa medida, cumprirá ao Governo da República esclarecer esta situação, designadamente a que interesse público se refere o ponto seis da Resolução do Conselho de Ministros número cento e dezoito traço B de dois mil e oito.-----

-----Em relação ao preâmbulo da RCM número cento e dezoito traço B de dois mil e oito, quero referir o seguinte: um Governo que se pauta por invocar a excelência na actuação governativa deveria ter mais cuidados com a escrita. Logo no primeiro parágrafo, onde se lê"(...) prédio rústico designado como Herdade dos Gagos na Freguesia de Fazendas de Almeirim, conselho de Almeirim." Quando se trata de referência geográfica não se escreve com um "s", mas sim com um "c".-----

-----Do que já foi referido até ao presente momento, considero que a questão fundamental centra-se na ilegalidade dos protocolos celebrados, o que afecta toda a actuação posterior, tanto do Governo como da Câmara Municipal. Os actos administrativos conducentes à construção ficam postos em causa, quando o acto ou facto originário, e que cria as fundações da estrutura jurídica, são susceptíveis de serem destruídos.-----

-----Da análise da Lei custa-me aceitar que a Assembleia Municipal não seja ouvida sobre esta matéria. Neste caso, aparentemente a Lei faz a vontade a quem não quer ouvir as populações. A discussão de ouvir ou não a Assembleia

Municipal, no presente momento, reconduz-se a discussão académica. Joga a favor do parecer jurídico a distinção literal que se faz no número dois do artigo cem do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e noventa e nove.-----

-----A meu ver, esta disposição normativa deveria merecer uma interpretação correctiva, assente no facto de ser necessário destrinçar órgão de executivos dos órgãos deliberativos. Em todo o caso, tudo o que a Vereação do PSD escrevesse sobre este assunto não teria qualquer utilidade dado que outros desígnios políticos impõem-se.-----

-----Em todo o caso, a previsão normativa deste artigo poderá levantar uma questão de constitucionalidade. Os representantes dos eleitores nos órgãos deliberativos - Assembleia Municipal ou Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim - não são ouvidos sobre a suspensão do PDM? O disposto na alínea a) do número dois do artigo cem do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e noventa e nove não viola o estatuto das autarquias locais?-----

-----Não violará o Estatuto das Autarquias Locais (artigo sessenta e quatro, número dois, alínea b) e artigo cinquenta e três, número três, alínea b)), o disposto no artigo cem do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e noventa e nove? Sem prejuízo de ser uma suspensão do PDM por iniciativa do Governo, não deixa de ser uma medida que âmbito do planeamento e desenvolvimento.-----

-----Nessa medida, e salvo o devido respeito, o artigo cem, número dois do Decreto-Lei número trezentos e oitenta e noventa e nove deveria merecer uma interpretação correctiva de forma a conforma-se com o disposto no Estatuto das Autarquias Locais.-----

-----Já agora, refiro que as Assembleias Municipais não são órgãos legislativos. A sua actuação reconduz-se à esfera administrativa, não legislativa ou neste momento já somos uma república independente ou região autónoma?-----

-----Por outro lado:-----

-----Depois, o número três do artigo cem dispõe o seguinte:
'as resoluções do Conselho de Ministros e as deliberações referidas nos números anteriores devem conter a fundamentação, o prazo e a incidência territorial da suspensão, bem como invocar as disposições suspensas'.-----

-----Face ao disposto na LEI, faço a seguinte questão: onde está a fundamentação no corpo normativo? Qual vai ser a fundamentação da deliberação da Câmara Municipal de Almeirim quando os protocolos não são válidos? As explicações no preâmbulo são bastantes vagas e não permitem conhecer em que estado se encontra o PDM.-----

-----Considerando ainda que o Executivo Municipal tem conhecimento da providência cautelar instaurada, como poderá a Câmara Municipal decidir sobre a suspensão do PDM de Almeirim, quando esta permitirá o abate de sobreiro, e o objecto da providência, julgo que se prende exactamente com este ponto?--

-----A Câmara Municipal não é parte ou contra-interessada neste assunto?-----

-----Face ao exposto, considero que a Câmara Municipal de Almeirim não tem condições legais para deliberar sobre a suspensão parcial do PDM de Almeirim. Os protocolos que suportam a futura constituição do direito de superfície são ilegais, logo não se vislumbra possível a construção naquele local. O Instituto de Gestão Financeira e de Infra-Estruturas do Ministério da Justiça não pode avançar com o procedimento concursal de concepção e construção.-----

-----A par disso, mediante uma interpretação correctiva da Lei, a Assembleia Municipal deveria pronunciar-se sobre a suspensão do PDM. Dado que na próxima sexta-feira irá realizar uma sessão de Assembleia Municipal, proponho que o Senhor Presidente, no ponto "Outros Assuntos de Interesse para o Concelho" dê explicações sobre este assunto, e após ouvir a Assembleia, a Câmara Municipal pronunciar-se sobre a suspensão.-----

-----A par disso, pergunto eu: qual é o valor jurídico do

PROT, penso que o PROT não considerou estratégico a construção daquela infra-estrutura????".-----

-----E concluiu dizendo que "se devia pedir outro parecer jurídico relativamente a esta matéria, o Sr. Presidente poderia dar conhecimento na Assembleia Municipal e lançar-lhe mesmo o desafio de que dê conhecimento desta situação aos Srs. Deputados Municipais. O meu sentido de voto será contra, com voto de vencido porque os actos que constituem todo o procedimento da construção do Estabelecimento Prisional são actos nulos, que viciam à nascença, por isso há que resolver a montante todos os actos viciados: a falta da planta que devia ser junta ao Projecto de Resolução. Também voto contra porque este assunto deveria merecer uma reunião pública, e não ser feito às escondidas. Por isso, o processo concursal de concepção e construção pode cair no chão como um baralho de cartas."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse:-----
-----"Foi o Presidente da Câmara que pôs o assunto na Ordem de Trabalhos, por isso está na sua competência retirá-lo. Eu considero isto um acto nulo e vou recorrer. Pedi a anulação deste ponto para vir depois nas condições correctas a reunião de Câmara. Hoje não estão reunidas as condições para deliberar, pelos motivos atrás enunciados."-----

-----O que está posto à deliberação é uma desanexação parcial, para além da área criminosamente a desanexar para a prisão, quem diz me que não está já a desanexar mais área? Se for levada avante, peço minuta da Acta para recorrer."-----

-----O Sr. Presidente declarou assumir a responsabilidade e manter este ponto da Ordem de Trabalhos pelo que, encerrado o debate, submete a votação a aprovação da sua proposta.-----

-----Deste escrutínio resultou a seguinte votação: Quatro votos a favor, dos membros eleitos do PS e três votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e Pedro Pisco dos Santos.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Voto contra e faço voto de vencido pelas seguintes razões:-----

-----1º - Não estavam criadas as condições legais para proceder à deliberação no momento actual. Os membros deste executivo PS aprovaram a suspensão parcial duma área territorial desconhecida do Concelho de Almeirim, visto que não foi anexada planta da área em questão, o que me levou a, no início da reunião, pedir o adiamento deste ponto.-----

-----2º - Voto ainda contra porque todo o procedimento levado a cabo pela Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, pelo Sr. Presidente da Câmara de Almeirim e pelo Governo foi não-só anti-democrático, como violador dum conjunto de legislação existente e em vigor no nosso país, nomeadamente, a aprovação dos ditos protocolos entre a Junta de Freguesia e o Instituto de Gestão Financeira e das Infraestruturas da Justiça, a suspensão do PDM, a lei de protecção do montado de sobro, a lei que estabelece a figura do interesse público, a avaliação e estudo do impacto ambiental, etc.-----

-----3º - Voto também contra e faço voto de vencido porque, desde a primeira reunião, no dia dois de Junho de dois mil e oito, onde coloquei a questão ao Vereador Pedro Ribeiro, que presidia a essa reunião, sobre o ruído que circulava acerca da intenção da Câmara Municipal de Almeirim e do Governo levarem pela frente este projecto, pergunta que ficou sem resposta, que clarifiquei que, por minha parte enquanto Vereadora e por parte da CDU, nunca aceitaríamos a construção de um edifício prisional no Concelho, naquela localização, pelo crime ambiental que ela representaria e impactos sociais que daí adviriam.-----

-----Para terminar, deixo claro nesta declaração de voto que vou apresentar queixa às entidades judiciais competentes e entidades que supervisionam o funcionamento da autarquia, sobre as condições e procedimentos nos quais decorreram esta deliberação."-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário fez a declaração de voto que segue:-----

-----" Sinto-me envergonhado com a teimosia incompreensível do Sr. Presidente da Câmara. Isto é demais, até mesmo para si. Lamento a postura dos srs. Vereadores com pelouros. Não devem ser de Almeirim, o saudoso Manuel Dias deve ter-se enganado no acto do registo.-----

-----Voto pois contra e faço voto de vencido, porque o presidente está a violar grosseira e premeditadamente a Lei: Ausência do Mapa de localização, erro na fundamentação do parecer jurídico no que diz respeito ao D.L. 390/99 e erro na convocatória desta reunião que deveria ser pública. Vou solicitar superiormente a nulidade deste acto pelos motivos já aduzidos."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos proferiu a declaração de voto do teor que se transcreve:-----

-----"O PSD vota contra e faz voto de vencido com base nos seguintes fundamentos:-----

-----1º - Os Protocolos que permitem a construção do Estabelecimento Prisional são nulos à face da lei, conforme estipula a alínea a) do nº 2 do Artigo 133º do Código do Procedimento Administrativo.-----

-----2º - A consequência óbvia e directa da prática de actos subsequentes ao acto original viciado por usurpação do poder, faz cair todos os actos em efeito de cascata.-----

-----3º - Nessa medida, a pronúncia hoje aqui realizada pela maioria socialista é susceptível de ser impugnada judicialmente, pelo exposto no ponto um (falta de aprovação dos Protocolos que permitem a construção, em direito de superfície, do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo).-----

-----4º - A interpretação do Artigo 100º nº 2 - a) do Decreto-Lei nº 380/99 não pode ser vista sozinha e deve ser interpretada à luz do Estatuto das Autarquias Locais. Sabendo que a Assembleia Municipal tem competências na área do planeamento e do ordenamento do território, a Câmara Municipal deveria ouvir os deputados municipais. Mais uma vez o PS não quis ouvir o povo.-----

-----5º - Quero referir ainda que o disposto no Artigo 100º nº 2 - a) do Decreto-Lei nº 380/99 e não do Decreto-Lei nº 390/99 conforme referido pelo jurista, enferma de um vício legal. A meu ver, o disposto nesta norma jurídica é inconstitucional, por violar o Estatuto das Autarquias Locais, que vem contemplado na sua génese na Constituição da República Portuguesa, instrumento este que o PS considera fundamental para a liberdade do povo.---

-----6º - Quero expressar a minha indignação pela forma como este assunto foi tratado e, de certo modo, até reconhecido pelo Sr. Presidente da Câmara de Almeirim. Lamento que o Sr. Presidente não tenha tido um diálogo aberto, sereno e transparente relativamente a este assunto, que é do interesse de toda a população.-----

-----7 - O PSD deixou ainda como proposta para sanar parcialmente esta situação a oportunidade que o Sr. Presidente da Câmara tinha de discutir este assunto na próxima Assembleia Municipal, que se irá realizar a vinte e seis de Setembro.-----

-----8 - O PSD irá recorrer aos meios judiciais ao seu alcance, por forma a evitar que os actos nulos e anuláveis produzam efeitos danosos para o Estado, para a autarquia e, acima de tudo, para as populações."-----

-----O Sr. Presidente da Câmara leu a sua declaração de voto, do teor que se transcreve:-----

-----"Considerando que a Resolução nº 118-B/2008 do Conselho de Ministros reconheceu o interesse público do empreendimento;-----

-----Considerando que a Assembleia de Freguesia de Fazendas de Almeirim também reconheceu com o seu voto unânime a cedência do terreno;-----

-----Considerando que o pedido feito pelo Ministério da Justiça para suspensão parcial do PDM tem enquadramento legal no Artigo 100º do Decreto-Lei nº 316/2007;-----

-----Considerando que a construção deste equipamento representa um investimento de cerca de cinquenta milhões de euros no nosso Concelho;-----

-----Voto a favor da proposta de suspensão parcial de quarenta e

dois hectares de terreno na Herdade dos Gagos, segundo localização definitiva que o levantamento topográfico vier a indicar."-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva leu a justificação do seu voto, como se transcreve:-----

-----"a) - Tendo em conta que a construção do Estabelecimento Prisional do Vale do Tejo foi confirmada pela Resolução do Conselho de Ministros como de manifesto interesse nacional;-----

-----b) - Tendo em conta que a suspensão parcial do PDM tem, na minha opinião, como suporte, um parecer jurídico exaustivo e minuciosamente pesquisado, ao qual não me devo sobrepor por não ser jurista e por não ser eticamente correcto duvidar dum técnico que há alguns anos tem dado provas dos seus conhecimentos;-----

-----c) - Tendo em conta, como conclusão do considerando anterior a simples pronúncia por parte da Câmara Municipal;-----

-----d) - tendo em conta que, em consciência, prevejo mais vantagens que desvantagens com este grande investimento, voto a favor."-----

-----4 - CONTRATOS PÚBLICOS-----

-----JÚRI DO PROCEDIMENTO - Foi presente a proposta do Sr. Presidente, previamente distribuída ao executivo, do seguinte teor:-----

-----" Com a entrada em vigor do Código dos Contratos Públicos, aprovados pelo Decreto-Lei número dezoito de dois mil e oito, de vinte e nove de Janeiro, para os concursos doravante lançados deixam de existir então as comissões de abertura e de análise das propostas, bem como o júri dos concursos, passando apenas a existir o "Júri do Procedimento" que acompanhará o processo desde o envio do anúncio para publicação até à proposta de adjudicação.-----

-----Assim, ao abrigo do artigo sessenta e sete do supra citado Código, proponho como membros do "Júri de Procedimento", para os

concursos lançados pelo Município, os seguintes funcionários:---
-----Efectivos:-----
-----Presidente - Engº António Xavier Martins da Rocha Pinto-----
-----Vogal - Luis Alberto Ferreira Leitão;-----
-----Vogal - José Joaquim da Cruz Luzia Rodrigues.-----
-----Suplentes:-----
-----Dr António Joaquim Veríssimo Pisco;-----
-----Manuel Caipira."-----
-----A Câmara deliberou, por maioria de cinco votos, aprovar a proposta, designando o Júri do Procedimento como consta atrás. Abstiveram-se os Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos-----
-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que "ainda bem que esta proposta foi agendada nestes termos, o que vem dar razão à Srª Vereadora Manuela Cunha quando salienta que os Vereadores que fazem parte das Comissões não podem votar as propostas que emitem."-----
-----E a corroborar a sua afirmação leu o Artigo 44º do Código do Procedimento Administrativo.-----
-----A Srª Vereadora Manuela Cunha declarou:-----
-----"Abstenho-me porque esta proposta vem dar razão ao que há anos ando a sublinhar. Houve sempre promiscuidade nesta Câmara no que respeita à competência da Vereação e desempenho de funções doutro tipo, que contribuem para a gestão e administração da Câmara Municipal. Isto ocorreu com a ALDESP e a ALDESC e isto ocorreu com os Júris de Concurso. Lamento que não me tenha sido entregue parecer jurídico, tal como pedi, para aprofundar e reflectir a matéria.-----
-----É óbvio que a alteração à proposta demonstra a pertinência das acusações que eu fiz. E também é óbvio que os pareceres tais como aqueles que nos habituámos a ler, a tentar justificar o injustificável, têm um limite na encomenda. E deve ter-se esgotado o limite.-----
-----Quanto à minha abstenção em relação aos nomes em concreto propostos, deve-se ao facto de não ter elementos suficientes

para me pronunciar sobre as pessoas em causa. No entanto, desde já devo dizer que discordo globalmente destes nomes para esta função, e isto não é nada de pessoal. Tem a ver com o facto destas pessoas não terem, quanto a mim, uma formação complementar, umas em relação às outras, e adequadas àquilo que me parece serem as exigências duma equipa que vai avaliar procedimentos no quadro dos contratos públicos.”-----

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto a favor desta proposta, estranho, no entanto na sua constituição, a ausência do Dr. João Evangelista, Economista de profissão e com larga experiência na mecânica dos concursos da Autarquia.-----

-----Questiono o sr. Presidente se em relação a este funcionário existe algum processo disciplinar que o impeça de desempenhar cabalmente as suas funções.”-----

-----**5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----PLANO DE URBANIZAÇÃO DE ALMEIRIM - Foi presente a proposta do Sr. Presidente com vista a submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Artigo trinta e quatro do Regulamento do Plano de Urbanização de Almeirim, após ter decorrido o período de inquérito público sem reclamações.-----

-----Por não haver intervenções passou-se de imediato a votação, que determinou o seguinte resultado:-----

-----Proposta aprovada por maioria, com quatro votos a favor dos representantes do Partido Socialista, dois votos contra dos Srs. Vereadores Manuela Cunha e Pedro Pisco dos Santos e a abstenção do Sr. Vereador Francisco Maurício.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha fez questão de repetir aqui a sua declaração de voto exarada em Acta de dezanove de Junho passado, do seguinte teor:-----

-----“Voto contra e faço voto de vencido porque a alteração ao Artigo trinta e quatro do PUA agora proposta pela maioria PS,

não obstante o parecer da CCDD, porque esta decorre de uma alteração anterior ao mesmo Artigo trinta e quatro e ao Artigo trinta e sete, aprovada em dois mil e três, já na época com o voto contra da CDU na Câmara e na Assembleia Municipal. Este voto contra deveu-se ao facto de termos considerado, na época, que a aprovação da forma simplificada, efectuada em dois mil e três e publicada pela Declaração 227/2003, no Diário da República, Segunda Série, de 17 de Julho, feita a pretexto de clarificação do entendimento e interpretação destes Artigos, o que, nos termos legais, era classificado com base nas alterações por 'erros materiais', era na realidade uma alteração profunda do Plano de Urbanização, com implicações urbanísticas na cidade, visto que na sequência destas alterações foi permitida a construção dum quinto piso, até então proibido no PUA, alteração que tem também implicações na densidade populacional de certas zonas.-----

-----Para a CDU esta alteração consubstancia uma ilegalidade, por duas razões:-----

-----1ª- por ir contra o estipulado do PDM, para que o PUA remetia.-----

-----2ª- porque não era, de facto, uma 'correção de erros materiais', era uma alteração de fundo que, segundo o nº 1 do Artº 96º do Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro, não podia ocorrer por não terem decorrido três anos sobre a entrada em vigor do Plano.-----

-----O PUA tinha sido ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 71/2001, publicada em 20 de Julho, não tinham passado os três anos.-----

-----Conclusão: a alteração hoje posta à votação vem dar continuidade a esta irregularidade e à vontade do PS de consolidar a autorização de construção do quinto piso em toda a cidade de Almeirim, mesmo com os impactos hoje já visíveis que esta decisão teve na cidade, em particular na zona consolidada.-

-----Considero ainda, pessoalmente, que do ponto de vista visual, a alteração hoje introduzida ainda agrava mais os

impactos visuais. E considero também que o aval da CCDR deve-se ao facto da análise que faz desta alteração não estar enquadrada com a alteração anterior."-----

-----COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DA LEZÍRIA DO TEJO - O Sr. Presidente submeteu à discussão a proposta de Estatutos da CIMLT - Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, elaborados de acordo com a Lei nº 45/2008, de 27 de Agosto e previamente enviados a todos os autarcas.-----

-----Não se verificando qualquer intervenção foi a proposta submetida a votação, de que resultou a sua aprovação, por maioria, com cinco votos a favor, quatro dos eleitos pelo PS e um do Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e dois votos contra, dos Srs Vereadores Manuela Cunha e Francisco Maurício.-----

-----Este último eleito fez a seguinte declaração de voto:-----
-----"Trata-se de uma operação de cosmética, tem a vantagem de extinguir uma associação que, ultimamente tem sido perfeitamente inócua.-----

-----Exemplos paradigmáticos da gestão da CULT, neste mandato, são as Águas do Ribatejo. Este processo destruiu a coesão e o prestígio da instituição. Em nome da CULT foram tomadas iniciativas que prejudicaram os munícipes de Santarém e do Cartaxo. A criação da empresa Águas do Ribatejo, para além de ter "caçado" alguns recursos da Comunidade, também com a colaboração, na minha opinião dolosa, da Golegã, ir-se-á ficar por aí. Não terá capacidade para gerir o abastecimento e o saneamento e será extinta depois do próximo acto eleitoral.-----

-----Mas há outros exemplos de "grossa" incompetência: O concurso de Higiene e Segurança no Trabalho, o dos seguros, do fornecimento de materiais de limpeza, da conservação dos jardins, da instalação da Banda-Larga e do sistema de comunicações, etc.-----

-----Certamente e nos termos da Lei, dado que as actividades da CULT vão ser prosseguidas pela CIMLT, os trabalhadores vão ser transferidos para esta nova Comunidade, após a extinção da CULT,

com respeito pela sua categoria, antiguidade e funções.
Cumpre-se a Lei.-----

-----Será que o senhor presidente da Câmara, que também é presidente da CULT não pediu um parecer ao senhor Dr. Vítor Batista para despedir os trabalhadores?-----

-----Será que o senhor presidente da câmara, também presidente da CULT, já reuniu com os trabalhadores da CULT, para os informar que tinham que se "submeter a um concurso público para entrar para a nova Comunidade Intermunicipal?-----

-----Será que o senhor presidente da câmara, também presidente da CULT, vai exigir a estes trabalhadores um documento em que estes renunciem aos seus direitos?-----

-----Porque não procedeu deste modo, será que nos pode explicar o porquê? Mas eu posso explicar por si é que, neste caso está em causa sua filha! Não vai concerteza ficar melindrado que refira a sua filha, aliás de quem gosto muito, depois de ter usado publica e vergonhosamente o nome e a imagem de uma delas. Tenha vergonha do que anda a fazer aos trabalhadores da autarquia, a humilhação que lhes está a causar, tenha respeito pelos seus direitos, já que eles cumprem os deveres que lhe são exigidos, dignifique o lugar que ocupa.-----

-----Quanto aos Estatutos, voto contra e faço voto de vencido, pois não posso aceitar o articulado do Artº 12: Força das Deliberações - As deliberações dos órgãos da CIMLT vinculam os municípios integrantes, não carecendo de ratificação dos órgãos respectivos desde que a competência esteja estatutária ou legalmente prevista.-----

-----Não passo um cheque em branco, nem dou azo a eventuais pareceres à posteriori que justificam tudo e deixam os autarcas sem possibilidades de intervir na vida do seu Concelho."-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos formulou a sua declaração de voto nestes termos:-----

-----"O PSD vai votar a favor dos novos Estatutos. Na prática, eles são cópia da lei do Associativismo Municipal. Em relação a esta matéria tenho opinião divergente em relação à maioria das

posições do PSD. Acho que entre a Administração Central e a Administração Autárquica deve existir uma profunda reforma do Estado. Se as Comunidades Intermunicipais podem trazer vantagens no nosso país, ainda existem muitos serviços, ainda existem muitos serviços desconcentrados e descentralizados em que a burocracia é a causa de grande imobilismo. Um dos exemplos de um órgão desconcentrado que não serve para nada é o Governo Civil. Num estado democrático, no século XXI, qual o motivo da existência de um representante da República e soberania a nível distrital? Em todo o caso, voto a favor porque acredito e tenho esperança que o reforço do municipalismo, mesmo em comunidade, contribuirá para o desenvolvimento da Região."-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha declarou que vota contra e faz voto de vencido "devido ao Artigo décimo segundo dos ditos Estatutos. Para a CDU as deliberações de um órgão como este, e porque tem implicações nos respectivos Municípios tanto a nível das suas finanças como da prestação de serviços e da qualidade de vida das populações, deveriam sempre passar primeiro pela deliberação dos executivos locais, órgãos que foram eleitos directamente pela população e que respondem perante ela."-----

-----O Sr. Vice-Presidente, Pedro Ribeiro, justificou assim o seu voto a favor:-----

-----"Em relação ao trabalho que a CULT tem feito, tendo sido a NUT III que mais crescimento teve no país, é só por si revelador.-----

-----Em relação a alguns projectos, será bom referir as Águas do Ribatejo, que será, a médio prazo, o único sistema no país com capitais totalmente públicos.-----

-----Não consigo perceber que, quem se diz de esquerda, continue a fazer oposição a este sistema, quando, provavelmente, o país todo terá as suas águas privatizadas.-----

-----Também me custa que se fale dos graves prejuízos que Santarém e o Cartaxo terão, quando foram os Presidentes dessas autarquias que se auto-excluíram e posteriormente afirmaram, aliás, como alguns dos Srs. Vereadores, que o sistema nunca

seria aprovado em Bruxelas.-----
-----Estaremos cá para ver o funcionamento das Águas do Ribatejo
- mas também o funcionamento das Águas de Santarém, do Cartaxo e
doutros sistemas nacionais.-----
-----Também em relação a outra área, que por acaso está comigo,
a Banda Larga, tem sido feito um enorme e excelente trabalho,
quer por parte dos técnicos da autarquia, quer por parte dos
técnicos da CULT.-----
-----Por fim, já todos compreendemos que os ataques à Comunidade
Urbana da Lezíria do Tejo não são mais que o reflexo dos ataques
ao seu Presidente."-----
-----O Sr. Presidente declarou:-----
-----Os actuais funcionários da CULT foram admitidos por meio de
concurso público e prestaram provas de selecção.-----
-----DOMÍNIO PÚBLICO - AFECTAÇÃO - Foi presente a proposta do
Sr. Presidente e minuta do requerimento a apresentar à
Assembleia Municipal, solicitando a afectação ao domínio público
municipal do prédio descrito sob o número 2771 de Fazendas de
Almeirim, com o Artigo de matriz 4670 da mesma freguesia, com a
área de mil e trinta e três metros quadrados e nove mil
novecentos e sessenta centímetros quadrados, sito na Rua de S.
José (erradamente designada de S. João) em Fazendas de Almeirim
e adquirido por meio da permuta com Batista & Gil, Lda, alegando
ser essa a finalidade do prédio e evitar que a empresa
permutante seja prejudicada numa avaliação fiscal.-----
-----A Srª Vereadora Manuela Cunha referiu que o requerimento do
Sr. Presidente não devia ter a data no vazio (não invoca o
dia).-----
-----Não se verificando intervenções, foi a proposta submetida a
votação de que resultou a sua aprovação por quatro votos, dos
eleitos representantes do PS e três votos contra com voto de
vencido dos Srs. Vereadores Manuela Cunha, Francisco Maurício e
Pedro Pisco dos Santos.-----
-----A Srª Vereadora Manuela Cunha fez a seguinte declaração de

voto:-----
-----"Voto contra e faço voto de vencido, por todo o procedimento e irregularidades que rodearam esta compra de terreno, permuta, aprovação de urbanização num dos terrenos permutados, etc, etc, tal como já declarei em deliberações incluídas em Acta anterior, relativas à história dos dois terrenos desta rua."-----
-----O Sr. Vereador Francisco Maurício leu a sua declaração de voto:-----
-----"Só posso votar contra e fazer voto de vencido, porque, pelas informações que consegui recolher, trata-se de uma "negociata" por motivos de avaliação fiscal.-----
-----É uma operação de "fuga ao fisco", querem evitar que as finanças possam avaliar um prédio de 3 andares, e assim pagar um IMI muito mais baixo, é a continuidade da "negociata" anterior.-
-----Mas tem um erro grave. Não há nenhuma Rua S. João, a Rua é S. José. Está a ser difícil acertar uma. Bolas!"-----

-----AUTOCARROS MUNICIPAIS - A Câmara deliberou contabilizar os custos com deslocações dos autocarros municipais, ao serviço das seguintes entidades:-----
-----Rancho Folclórico Adulto de Fazendas de Almeirim - setecentos e noventa e um euros e um cêntimo; Rancho Folclórico Maduros dos Cortiçóis - trezentos e cinquenta euros e setenta e oito cêntimos; Rancho Folclórico de Paço dos Negros - trezentos e oitenta e um euros e noventa cêntimos; Rancho Folclórico de Almeirim - duzentos e quarenta e nove euros e dezoito cêntimos; Rancho Folclórico Velhas Guardas de Almeirim - seiscentos e noventa e oito euros e setenta cêntimos; Centro Paroquial de Almeirim - quatrocentos e sessenta e nove euros e cinco cêntimos; Santa Casa da Misericórdia de Almeirim - duzentos e vinte e cinco euros e setenta e dois cêntimos; Casa de Repouso de S. João Baptista - duzentos e quarenta e dois euros e noventa e sete cêntimos; Associação de Apoio às Famílias de Fazendas de Almeirim - cento e oitenta e sete euros e oitenta e seis

cêntimos; Lar de S. João Baptista - quatrocentos e sessenta e cinco euros e quarenta e sete cêntimos; Junta de Freguesia de Benfica do Ribatejo - quinhentos e sessenta e sete euros e quatro cêntimos; Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim - quatrocentos e quarenta e nove euros e noventa e sete cêntimos; e Estabelecimento Prisional de Alcoentre, pelo transporte de reclusos ao serviço do Município - dois mil seiscentos e trinta e quatro euros e noventa e cinco cêntimos.-----

-----Às dezasseis horas e quarenta e três minutos saiu o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos.-----

-----SEMANA EUROPEIA DA MOBILIDADE - ESTUDO DE MOBILIDADE - PUPO
- O Sr. Vice-Presidente propos, na sequência da apresentação efectuada na reunião passada, a implementação permanente do mesmo Estudo ao Bairro do Pupo, definindo ruas de sentido único com vista a incrementar fluidez de tráfego e mobilidade, de acordo com o mapa que expôs.-----

-----A Câmara deliberou por maioria dos presentes, aprovar a implementação do Estudo do Trânsito no Bairro do Pupo, em Almeirim, para o qual deverá ser efectuado previamente o estudo da sinalização necessária.-----

-----Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que fez a seguinte declaração de voto:-----

-----"Abstenho-me sobre o mapa da mobilidade por não ter estado na reunião anterior e não ter dele conhecimento, no entanto desejo que venha a melhorar a circulação e que o trânsito em Almeirim tenha sido pensado.-----

-----Quanto às acções e medidas no quadro da Semana Europeia da Mobilidade, devo dizer que, sendo sempre favorável a medidas de alteração de comportamentos, no sentido de os adequar às novas exigências colocadas pelos problemas ambientais, pela melhoria de vida nos espaços urbanos e pelo direito à mobilidade, devo no entanto dizer que em Almeirim muitas iniciativas que ocorreram são um cesto de parras e poucas uvas.-----

-----Não deixo, no entanto, de constatar que esta vertente ambientalista do Vereador do Trânsito corresponde a uma necessidade de ocupar espaço e de assumir visibilidade numa área de fácil consensualidade e para a qual a CDU com a sua intervenção e em particular a componente ecologista desta coligação, tinha já criado um espaço em Almeirim.-----

-----Tenho é pena que esta sensibilidade ecologista só fique pelo incentivar à prática dos outros e não seja também uma prática pessoal dos elementos do PS, para além de que esta sensibilidade ecologista tinha sido muito útil se se tivesse manifestado em defesa do montado de sobro da Herdade dos Gagos, que contribui em muito para a eliminação do dióxido de carbono causado pelo trânsito rodoviário no nosso concelho e no país.”--

-----O Sr. Vereador Francisco Maurício do Rosário declarou:-----

-----“Voto a favor das medidas pontuais apresentadas, no entanto desagrada-me o empenho exagerado posto nesta “feira de vaidades” quando temos assuntos tão graves para resolver no Concelho.-----

-----Sou partidário, como não poderemos todos deixar de ser, de todas as acções de sensibilização que visem a protecção do ambiente. Sou como todos a favor de todas as iniciativas que visem uma boa mobilidade para todos. Sou, como todos deveremos ser contra acções que visam exclusivamente o “folclore político”. Quero referenciar o completo fracasso que constituiu a assinatura das cartas de compromisso. A ausência da quase totalidade dos municípios que aderiram, a ausência de todos os presidentes de Câmara, desprestigia o projecto e desprestigiou o nosso Concelho.-----

-----Haja novas ideias e acções de política de mobilidade estratégica e integrada para todo o Concelho e apoiá-las-ei. Ainda não há um programa integrado de recuperação e conclusão da rede viária de acordo com os interesses da população do Concelho de Almeirim.”-----

-----O Sr. Vice-presidente declarou:-----

-----“Gostaria de dizer que fico bastante agradado com a unanimidade obtida nas medidas permanentes que foram votadas. -

-----De referir que foi com muito agrado e satisfação que registámos, no passado dia quinze, a assinatura das Cartas de Compromisso SEM.-----

-----Também quero salientar que nas últimas duas edições, em Cascais e na Golegã, o número de presenças não foi superior ao que se verificou em Almeirim. O folclore que se fala não é mais do que acções de sensibilização, que tiveram o seu início há cerca de dez anos, em França, iniciativa que rapidamente expandiu a toda a Europa, como o Dia Sem Carros. Estas acções não pretendem por si só resolver todos os problemas. No entanto, são visões de como deve ser a sociedade no futuro. E, como tudo na vida, não se muda de um dia para o outro.-----

-----De destacar ainda que durante a Semana Europeia da Mobilidade a Câmara Municipal de Almeirim foi premiada com o prémio nacional da Mobilidade em Bicicleta, na categoria autarquias, promovido pela Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta, que muito nos honra."-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou aprovar as seguintes transferências financeiras:-----

-----Escola Secundária Marquesa de Alorna, para uma deslocação a Monte Gordo para participação em acção sobre as energias renováveis - mil euros; Escolas de Fazendas de Almeirim, para aquisição de dez violas para o ensino da música - oitocentos euros; Secção de Karaté da Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, para participação no Campeonato Mundial - quatrocentos euros; Secção de Karaté da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, para participação no Campeonato Mundial - oitocentos euros; Clube dos Amadores de Pesca do Ribatejo, para participação de duas equipas no Campeonato Mundial, na África do Sul - seiscentos euros; Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros, pelo Prémio Disciplina na época dois mil e sete/ dois mil e oito, para material desportivo - quinhentos euros; Foot Kart, para

inscrição de atletas - três mil cento e cinquenta euros a pagar mediante a apresentação dos comprovativos das inscrições; Secção de Futsal da Associação Desportiva Fazendense, para inscrição de atletas - novecentos e sete euros e cinquenta cêntimos, a pagar mediante a apresentação dos comprovativos das inscrições; Shotokan Karatenomichi Portugal - Associação, transferência anual - quinhentos euros; e Hóquei Clube Os Tigres, para uma deslocação aos Açores - duzentos euros.-----

-----Nesta última deliberação não participou o Sr. Vereador Francisco Maurício, que se ausentou da sala por se considerar legalmente impedido.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da carta da Associação Vinte Quilómetros de Almeirim, informando sobre a primeira maratona BTT, Rota da Sopa de Pedra, que se realizou no dia vinte e um de Setembro.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, definir o montante das transferências financeiras a clubes para deslocação de atletas em modalidades de participação individual nos seguintes montantes:-----

-----deslocações para fora da Europa - cento e cinquenta euros;-

-----deslocações para países europeus - cem euros.-----

-----DEPUTADA INDEPENDENTE - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Gabinete da Deputada Luísa Mesquita que acompanha as respostas do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Educação à pergunta daquela deputada sobre a resposta Social das IPSS é dificultada pela acção do Governo.---

-----ANMP - O executivo tomou conhecimento da circular da Associação Nacional de Municípios respeitante ao novo regime jurídico do associativismo municipal.-----

-----TRÂNSITO - A pedido do Centro Paroquial do Bem-Estar Social de Almeirim, a Câmara deliberou efectuar uma marca reguladora de estacionamento e paragem, em frente ao portão do Centro

Paroquial, na Rua das Cancelas, número quinze, em Almeirim.-----

-----Às dezassete horas e trinta e cinco minutos saiu a Sr^a
Vereadora Manuela Cunha.-----

-----PROGRAMA OTL - Mediante comunicação da Bibliotecária, a
Câmara deliberou pagar as importâncias a seguir indicadas, às
jovens do Programa OTL colocados no Parque da Zona Norte, no
Projecto Leitura no Parque:-----

-----Tatiana Sofia Catrola Moreira - duzentos e vinte euros; e
Carla Alexandre Lopes Gil Barreiros - trezentos e vinte euros.--

-----PROGRAMA ATL - Mediante informação do Gabinete de Acção
Social, a Câmara deliberou pagar as importâncias abaixo
designadas às jovens integradas no Programa ATL, por trabalho
prestado para além do período designado pelo Instituto Português
da Juventude:-----

-----Cláudia Constantino - catorze euros; e Vanessa Dessandier -
catorze euros.-----

-----CONSUMÍVEIS INFORMÁTICOS PARA ESCOLAS - Sob proposta do Sr.
Vice-Presidente, a Câmara deliberou atribuir a verba destinada à
aquisição de consumíveis informáticos às escolas do primeiro
ciclo do ensino básico aos Agrupamentos Escolares de Fazendas de
Almeirim, com vinte e sete salas, no valor de mil seiscentos e
vinte euros; e Febo Moniz, de Almeirim, com sessenta e duas
salas, no valor de três mil setecentos e vinte euros.-----

-----**3 - REQUERIMENTOS DIVERSAS**-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi presente o requerimento de
Caixa Geral de Depósitos, SA, solicitando certidão comprovativa
do eventual uso do direito de preferência na venda do direito de
superfície que vai fazer da fracção autónoma H, correspondente
ao terceiro andar, esquerdo do bloco vinte e dois da Rua das

Milheiras, em Almeirim.-----
-----A Câmara deliberou não exercer o direito de preferência.---

-----Às dezassete horas e quarenta e cinco minutos o Sr.
Presidente declarou encerrada a reunião.-----
-----E eu, _____, Chefe de Repartição da
Câmara Municipal de Almeirim, elaborei a presente acta que
lavrei e subscrevi.-----

O Presidente da Câmara,

A Chefe de Repartição
